

Para Autogestionar a Educação

Carta aberta do 1º Encontro de Estudantes Libertári@s
Santos, 11 e 12 de fevereiro de 2012

Que a universidade que frequenta os noticiários e a que esta descrita nos manuais de vestibular é bastante diferente da realmente existente, é um fato de conhecimento comum dos que vivem o seu cotidiano. Isto acontece porque os donos dos grandes meios de comunicação tem os mesmos interesses daqueles que controlam a universidade, ou seja, ambos querem manter a ordem social vigente, tendo por base a exploração econômica e a opressão política. A universidade brasileira sempre foi um instrumento de dominação das elites econômicas e políticas. A criação da USP, na década de 30, estabelece os modelos de universidade para o Brasil. Incentivadas por teorias oriundas do centro do capitalismo internacional (Europa e Estados Unidos), as universidades brasileiras tinham por objetivo reforçar e perpetuar as elites econômicas, intelectuais e políticas. Mais tarde, com o golpe militar de 1964, um novo modelo de educação foi imposto à sociedade brasileira, abrangendo, inclusive, as universidades. Em 1968, o MEC consolida acordos com o USAID – órgão do governo estadunidense – e termina por realizar uma reforma universitária que orientará o ensino superior brasileiro de acordo com uma lógica privatista. Observando, por exemplo, gráficos ilustrativos do desenvolvimento do setor universitário brasileiro, percebe-se uma inversão progressiva de domínio: do público para o privado. Consolidada nos anos 90, durante o governo FHC, tal orientação mercadológica não diz respeito somente ao aumento do número de instituições privadas, ao passo que o neoliberalismo, uma doutrina privatista, símbolo desse governo, advoga a organização da sociedade, suas instituições e indivíduos segundo o modelo de empresa capitalista. Essa universidade que vêm se desenvolvendo tem como foco não somente perpetuar as elites econômica e política, mas também formar força de trabalho especializada – técnicos necessários para a atual fase do capitalismo, na qual a ciência e a tecnologia cumprem um papel fundamental.

O modelo de universidade brasileira até a reforma de 68, organizava-se segundo o sistema de cátedras; a partir de então, ela passou a buscar elementos do taylorismo e do fordismo para a universidade, expresso no sistema de departamentos, e progressivamente adotar critérios produtivistas, orientando-se por metas de produção, bônus e prêmios salariais, como se a universidade fosse uma fábrica. Organizada hierarquicamente, a universidade reproduz as relações e os valores do Estado e do capital. Administrada por uma casta burocrática formada por um seleto grupo de professores e funcionários de alto escalão; a universidade é antidemocrática e possui traços feudais, semeando práticas clientelistas, servis, de obediência cega e uma política de conchavos de corredores. A universidade neoliberal orienta suas pesquisas de acordo com as demandas de mercado, por exemplo, com o investimento de capital particular, inclusive nas públicas, por meio das fundações de direito privado e agências de fomento. Situada numa sociedade machista, homofóbica, racista, branca e normativa, a universidade enquanto instituição dominante e disciplinar só pode reforçar tais relações. O vestibular de um lado e as mensalidades do outro, cumprem um papel de filtro social, reforçando a ideia de educação como privilegio e mercadoria. Para @s pouc@s estudantes que conseguem romper com as barreiras postas, a universidade estatal-privada e privada-estatal, não garante políticas de permanência estudantil efetivas, como moradia, restaurante universitário, bolsas de caráter socioeconômico, bibliotecas, acessibilidade plena, etc. Desenha-se no horizonte uma universidade democratizada no Ensino à Distância que, nada mais é, senão, uma forma de precarizar o processo de formação, desmobilizar o movimento estudantil, diminuindo os custos do Estado com educação e criar um fecundo nicho de mercado para os grandes empresários das tecnologias de informação. A implantação do projeto neoliberal passa, sem dúvida, por uma repressão ostensiva àquelas que resistem a tal projeto, chegando mesmo à militarização das universidades e de práticas policiais adotadas pelas reitorias; como vigilância, espionagem e sabotagem.

O governo Lula, e depois, o governo Dilma, aprofundaram as políticas neoliberais no Brasil por meio de um projeto de reforma universitária, mais tarde dividido em programas como ProUNI e ReUNI, e leis como a de Inovação Tecnológica. Durante a década de 90, houve uma expansão desenfreada do ensino superior privado, de modo que a demanda de vagas superou a capacidade da população em pagar pelas mesmas, devido ao alto valor das mensalidades, gerando inúmeras vagas ociosas; por meio do ProUNI, o governo Lula, sob um falso discurso de estatização das vagas e democratização do ensino, na verdade, salvou da falência seus grandes tubarões, injetando dinheiro público, que deveria ir para as universidades públicas, em instituições privadas, objetivando também formar força de trabalho e a manutenção do exército industrial de reserva. Quanto ao ReUNI, trata-se de um plano de expansão de vagas com escasso aumento verbas, com dois objetivos: de um lado fornecer técnicos necessários ao mercado, e de outro, adequar a universidade ao método de gestão empresarial, como se a universidade não fosse uma escola, apoiando-se em aspectos puramente quantitativos.

No estado de São Paulo, os distintos governos do PSDB levaram adiante inúmeras ações privatistas, como o aumento de vagas sem o aumento de verbas das universidades estaduais (USP, UNESP e UNICAMP); os decretos de Serra, que tiravam a autonomia pedagógico-financeira das universidades; a

UNIVESP; o PDI na UNESP; o PROAD na USP; terceirização massiva no caso da UNICAMP; a Escola da Família e uma legislação que é uma verdadeira cama para que o capital deite e role.

Fundada em 1937, a UNE cumpriu papel histórico nas lutas estudantis e do povo brasileiro. Resistiu à ditadura e ao imperialismo, mas também foi dominada - em alguns momentos - pela direita. Desde a eleição de Lula, em 2002, um grande debate processou-se no interior da UNE/UBES. Suas direções majoritárias da UJS/PCdoB e algumas correntes do PT passaram a defender propostas do governo. Setores de esquerda da UNE, num encontro realizado em 2004 na UFRJ, deliberaram a construção de uma nova entidade estudantil nacional e a organização da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária de Lula, pois entendiam que a UNE não cumpriria mais nenhum papel na luta estudantil. Tanto a nova entidade (Conlute), quanto a Frente falharam em seus objetivos, posto que, a primeira, dominada pelo PSTU, e a segunda, pelo PSOL e PSTU, colocaram

**“Nós trazemos um mundo novo em nossos corações.”
(Buenaventura Durruti)**

os interesses eleitoreiros acima dos interesses sociais, atuando em inúmeros processos inclusive como freio: com a vanguarda tornando-se retaguarda. De outro lado, a ANEL - que completa 3 anos de existência dominada pelo PSTU, é pouco mais do que um braço de cooptação do mesmo. Atua como freio aos processos (vide sua atuação nas últimas mobilizações da USP), e busca rebaixar suas práticas e seu programa com intuito de se aproximar do PSOL, partido que possui algumas diretorias da UNE.

A este cenário de privatização programática empreendida pelo estado brasileiro, soma-se uma das mais profundas crises econômicas da história do capitalismo. Diante da falência de grandes bancos, seguradoras e corporações, os estados endividaram-se massivamente, afim de salvar tais instituições; agora, no segundo tempo da crise, tentam repassar estes custos ao conjunto das classes trabalhadoras do campo e da cidade, por meio de cortes de direitos, aumento de impostos e saques sistemáticos do povo. No mundo todo a população reage contra a piora nas condições de existência e grita nas ruas e praças que a crise é dos ricos; e que eles paguem por ela! Vimos no último período uma série de revoltas contra as perspectivas de vida em nossa sociedade capitalista transnacionalizada e mundial, contra formas tradicionais de opressão e ditaduras, contra a miséria reinante à escala global. Por todos os lugares a juventude, os imigrantes, as mulheres, os trabalhadores e os explorados se põem em lutas, e as respostas dos governos e seus políticos são regimes de exceção, onde a polícia e grupos paramilitares atuam por meio de um terrorismo de estado, e quem se opõe a ordem dada e aos planos feitos tem de se ver com os cacetes, balas, grades e perseguições de todo grau e tipo.

Que o aparente crescimento econômico brasileiro não engane. Lutas explodem por todo país; ano passado, e já este ano, inúmeras se processaram: Jirau, Belo Monte, professores, movimentos por transporte público, Pinheirinho, Nova Luz. Do mesmo modo, os governantes se apoiam na força das armas para levar a diante a privatização total de nossas vidas, em pleno acordo e harmonia com o grande capital.

Diante da atual conjuntura de avanço do neoliberalismo, impulsionado pela crise econômica – apoiado por uma UNE totalmente atrelada ao Estado e uma ANEL, que não se constitui como uma real alternativa de oposição – estudantes que acumularam experiência com as lutas ocorridas por todo o estado de São Paulo, insatisfeitos com essa conjuntura, encontraram-se no Centro de Estudantes de Santos nos dias 11 e 12 de fevereiro deste ano para discutir uma proposta de luta. Entendemos que boa parte da burocratização e aparelhamento do movimento estudantil deve-se ao fato de que, as estudantes que dele discordam, não se organizaram para combatê-lo. Temos claro que a derrota do atual modelo de universidade somente poderá acontecer por meio da ação direta d@s estudantes e do povo, orientando-se pela democracia de base e a autogestão, buscando autonomia frente aos partidos políticos eleitoreiros, ao Estado e aos patrões. Diferenciando o público do estatal e criticando a educação privatista, visando construir uma educação baseada na autogestão e um movimento estudantil combativo – que se coloque ao lado do povo e de suas lutas – decidimos nos encontrar novamente, para debater as tarefas a serem cumpridas na atual conjuntura e a organização necessária para tal, entre os dias 28 de abril e 1º de maio de 2012, na cidade de São Paulo.

**2º Encontro de Estudantes Libertári@s
de 28/04/12 à 01/05/12
São Paulo/SP
estudanteslibertarios@riseup.net**

